

Câmara aprova praça do pedágio em cima da 3ª Ponte

Projeto transfere local de cobrança em Vitória, para desafogar o trânsito nas ruas e avenidas que dão acesso à Ponte

Vitor Carletti

A Câmara de Vereadores de Vitória aprovou ontem projeto de lei que prevê o deslocamento da praça de pedágio da área atual, na entrada da Terceira Ponte, para a parte de cima da estrutura. De autoria do vereador Fabrício Gandini (PPS), a proposta segue agora para apreciação do prefeito Luciano Rezende (PPS).

O texto também proíbe qualquer cobrança de pedágio no município. O quórum de votação foi de 13 vereadores, sendo que nove deles votaram a favor e quatro se abstiveram.

Gandini disse que o ideal seria retirar a cobrança do pedágio, mas reconhece que não é da competência da Câmara legislar sobre o assunto. “A aprovação do projeto ajudará muito o cidadão da capital, pois a retenção de veículos na pra-



PRAÇA DO PEDÁGIO na 3ª Ponte, que será desativada, se o projeto for sancionado pelo prefeito Luciano Rezende

ça do pedágio atrapalha o fluxo do trânsito das ruas e das avenidas do entorno”, defende.

O vereador Luiz Emanuel (PSDB) disse que a discussão sobre a cobrança já é antiga e defendeu o projeto de lei. “É preciso melhorar a distribuição do impacto do pedágio”, disse.

Já o vereador Zezito Maio (PMDB) acredita que a capital ganhará com mobilidade urbana e que Vitória precisa de um trânsito melhor. “Vou pagar para ver”, disse, antes de iniciar a votação.

RESSALVA

Nenhum vereador votou contra o projeto de lei. Mas os parlamentares que se abstiveram fizeram questionamentos sobre a proposta. Sérgio Magalhães (PSB), o Sérgio, disse que ela precisava ser discutida em uma audiência pública com representantes do governo do Estado.

Outro que se absteve foi o vereador Wanderson Marinho (PRP).

“No texto do projeto não há informação se Vitória perderá receita com o deslocamento da praça-

No atual momento de crise, essa informação é importante”, afirma.

O texto votado diz que no País já há impostos municipais, estaduais e federais direcionados à manutenção das vias públicas, e que é desnecessário uma empresa cobrar mais um tributo por um serviço que já foi pago pelo cidadão.

Gandini disse que o percentual dos impostos provenientes do pedágio continuarão divididos em igualdade com o município de Vila Velha: “O objetivo é diminuir o impacto social da praça na capital.”

O QUE ELES DIZEM

JULIA TERAYAMA — 14/08/2013



FABRÍCIO GANDINI (PPS), autor da proposta

THIAGO COUTINHO — 29/10/2014



ZEZITO MAIO (PMDB), vereador

JULIA TERAYAMA — 14/08/2013



WANDERSON (PRP), vereador de Vitória

“A retenção de veículos na praça do pedágio atrapalha o fluxo do trânsito das ruas e avenidas do entorno”

“A capital ganha mais mobilidade urbana com o projeto. Vitória precisa de um trânsito melhor. Eu vou pagar para ver”

“No projeto não há informação se Vitória perderá receita. Em um momento de crise, essa informação é importante”

Rodosol prefere não comentar mudança

Procurada, a concessionária do Sistema Rodovia do Sol, a Rodosol, informou que não iria comentar o assunto, pois o projeto de lei que prevê o deslocamento da praça de pedágio para cima da Terceira Ponte ainda precisa da sanção do prefeito de Vitória.

A Rodosol comunicou ainda que é apenas a empresa contratada pelo Estado para administrar a rodovia.

A Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (Setop) informou não ter conhecimento sobre o projeto.

Comissão aprova Escola Viva

A sessão da Assembleia Legislativa, na manhã de ontem, foi marcada por mais uma manifestação de estudantes de escolas públicas da Grande Vitória.

A Comissão de Ciência e Tecnologia votou pela aprovação do projeto que implanta horário integral nas escolas do Estado, o Escola Viva, de autoria do governo estadual, derrubando o parecer do presidente da comissão, deputado Sérgio Majeski (PSDB), que era contrário.

Cerca de 150 estudantes foram à Casa acompanhar a votação. Impedido de entrar, o grupo decidiu bloquear a avenida Américo Buain, em frente à Assembleia.

O protesto deixou o local engarrafado por cerca de meia hora. A manifestação só foi encerrada após o líder do grupo e presidente da União dos Estudantes Se-



THIAGO COUTINHO/AT

IMPEDIDOS de entrar para acompanhar a votação, estudantes sentaram no chão e pararam o trânsito em frente à Assembleia Legislativa

cundários do Espírito Santo (Ueses), Luiz Felipe Costa, conversar com alguns deputados que pediram ao presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço (DEM), que liberasse a entrada dos alunos.

Durante a votação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Majeski repetiu que seu parecer era

contra a aprovação do Escola Viva e justificou seu voto mostrando imagens de escolas visitadas por ele, fora da Grande Vitória.

“Visitei várias escolas do Espírito Santo e constatei que em nenhuma delas há condições de implantação do horário integral de aulas. Como implantar o pro-

projeto em colégios que não têm mínimas condições de estrutura?”

Na última terça-feira, a votação da comissão terminou empatada, uma vez que o deputado José Carlos Nunes (PT), vice-presidente, deu parecer contrário ao relatório de Majeski, e Marcos Mansur (PSDB), membro efetivo, não estava presente. Ontem, Mansur desempatou e decidiu pela aprovação do projeto.

“Assim como o deputado Sérgio Majeski tem sua opinião, também tenho a minha. Por entender que para melhorar a educação é preciso dar o primeiro passo, voto pela aprovação sem emendas.”

Ao fim da sessão, os estudantes foram embora sem protestar.

O projeto segue agora para a Comissão de Educação, que terá o prazo regimental de 15 dias para emitir relatório.

Líder do governo é vaiado pelos estudantes

O líder do governo na Assembleia Legislativa, Gildevan Fernandes (PV), voltou a defender o projeto Escola Viva, na sessão de ontem, e foi vaiado por estudantes que protestavam contra a aprovação da proposta do governo.

Gildevan chegou a parar seu pronunciamento para dizer que não se incomodava com as vaias. “Eu também já fui estudante e, assim como eles, também sou de origem humilde. Já participei de protestos. Entendo e respeito as manifestações. Porém, defendo o projeto Escola Viva, porque sei que é para o bem da educação capixaba.”

O deputado voltou a afirmar que ser contra a proposta do governo é ser contra a melhoria da educação.